# A EDUCAÇÃO PRISIONAL: SOB AS LENTES DO CONHECIMENTO, IDENTIDADE E CULTURA DA MULHER RECLUSA[1]

Juniélen Costa Veleda Gomes[2]
Rochele da Silva Santaiana[3]

## RESUMO

O presente estudo surgiu durante a pandemia de Covid-19, quando, no interior das prisões, também foi necessária a suspensão de aulas presenciais e, com a ausência da docência, uma das pessoas apenadas disse que "a pior prisão que existe é a da mente". O objetivo desta pesquisa foi evidenciar o processo de leitura e escrita no interior da prisão como forma "desaprisionadora". Trouxe a gestão escolar como ponte de ressocialização com uma educação formal que ocorre num espaço não formal. Para tal, as autoras analisaram a identidade cultural das mulheres reclusas em Bagé/RS, com foco na educação, em abordagem qualitativa inspirada na etnografia. O caminho esteve debruçado sobre conhecimentos e experiências prévias de vida das mulheres privadas de liberdade, com escritas que foram realizadas entre os anos de 2018 e 2020, articuladas com textos de outros autores que se encontravam em situação análoga à de prisão. Contou com as contribuições teóricas de Freire (2011), Bauman (2005), Hall (2016) e Saraiva (2018), entre outros. Assim, reafirma-se o fato de que a educação, ao ocorrer em lugares diversificados, permite desbravar também a linguagem presente naquele ambiente, e seus aspectos contribuem para a compreensão temática da educação prisional pela sociedade. Percebeu-se que, na medida em que as apenadas passam a visualizar possibilidades de ressignificação e não retorno à criminalidade, é incentivado o crescimento e o despertar da atenção do poder público para a importância do cumprimento da educação prisional como principal via ressocializadora.

**Palavras-chave**: Educação. Mulheres. Conhecimento. Cultura.

---

[1]Este artigo é requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão em Educação: Supervisão e Orientação, pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), unidade universitária em Bagé/RS, em 2021/1.

[2]Licenciada em Pedagogia (2014). Especialista em Gestão de Currículo e Formação Docente (2017) pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); Especialista em Gestão Prisional (2019); Especialista em Direito Processual e Penal (2020); Especialista em Análise Criminal (2020) pela UNINA. Pós-graduanda em Especialização em Gestão em Educação: Supervisão e Orientação pela UERGS. E-mail: junielenv@gmail.com.

[3]Orientadora. Licenciada em Pedagogia pela UNISINOS. Mestra e doutora em Educação pela UFRGS. Atua como docente em cursos de Especialização Latu Sensu e é docente da Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). E-mail: rochelesant@gmail.com.

## ABSTRACT

The present study emerged during the Covid-19 pandemic when, inside the prisons, it was also necessary to suspend in-person classes and, with the absence of teaching, one of the inmates said that "the worst prison that exists is that of the mind". The objective of the research was to highlight the process of reading and writing inside the prison as a form of "deprisoning". It brought school management as a bridge for the re-socialization with a formal education that takes place in a non-formal space. To this end, the authors analyzed the cultural identity of women prisoners in Bagé/RS, with a focus on education, through a qualitative approach inspired by ethnography. The path focused on knowledge and previous life experiences of women deprived of liberty, with texts wrote between the years 2018 and 2020, articulated with other authors who were in a situation similar to prison. It relied on theoretical contributions from Freire (2011), Bauman (2005), Hall (2016) and Saraiva (2018), among others. Thus, it is reaffirmed the fact that education, when taking place in diverse places, also allows us to explore the language present in that environment, and its aspects contribute to the thematic understanding of prison education by society. It was noticed that, as the inmates begin to see possibilities of resignification and not returning to criminality, it encourages the growth and awareness of the public authorities towards the importance of complying with prison education as the main way of re-socializing.


**Keywords:** Education. Women. Knowledge. Culture.

## A ARTICULAÇÃO DO SABER: ENTRE AS PORTAS DE FERRO, DA VIDA E DO VIVIDO, MÚLTIPLOS CÓDIGOS

Levantamentos realizados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) em 2020 demonstram que o sistema prisional brasileiro tem uma população carcerária cumpridora de sentenças em regime fechado que engloba 344.773 apenados. De acordo com a página oficial do Departamento de Segurança e Execução Penal do Rio Grande do Sul (DSEP) no mesmo ano, 33.852 sujeitos encontram-se com penas restritivas de liberdade, sendo que destes 2.113 são mulheres, as quais estão entre as faixas etárias de 18 e 45 anos. Elas têm perfil de instrução escolar de 52,18% ensino fundamental incompleto, 13,14% ensino fundamental e 15,37% ensino médio completo incompleto. Quanto à etnia, são 10,20% pretas, 66,37% brancas e 20,87% mistas. Outros dados levantados durante a pesquisa revelam que o Presídio Regional de Bagé (PRB), situado no Rio Grande do Sul, configura-se pelo quantitativo geral de 606 privados de liberdade, sendo 63 mulheres infratoras da lei.

Durante a realização dos plantões de agente penitenciária, é frequente ouvir das apenadas que "a pior prisão que existe é a da mente". Assim, o Estado talvez cumpra

apenas a função de "acolher" os sentenciados, contrariando seu real papel de resgatar a cidadania e ressocializá-los. Por isso, a partir da referida fala, surgiu o interesse em realizar uma proposta de pesquisa que se debruçou na escuta de escritas "desaprisionadoras" de si, através de práticas de leitura e escrita.

Considerando que a eclosão da pandemia de Covid-19 trouxe alterações de rotina na prisão para prevenção de contágios em massa, destaca-se o fato de que, por questões de segurança e a fim de proteger a saúde dos contraventores da lei e funcionários, optou-se pela restrição de contato extramuros, seja ele com professores, familiares, advogados etc. Tais procedimentos afetaram diretamente o funcionamento das escolas prisionais, impossibilitando o seguimento das aulas e tornando o ensino lesado, uma vez que este via internet ou síncrono não está autorizado no presídio local.

Durante a pandemia as educadoras prisionais elaboram os planos de aula por áreas de conhecimento e de acordo com a totalidade dos reeducandos, entregando-os para os plantonistas dos postos de serviço para posterior entrega do material aos alunos. Após o retorno das referidas atividades, que ocorre no processo inverso, estas são devidamente corrigidas e é computada a presença dos alunos.

No Presídio Regional da cidade de Bagé/RS, onde foi realizada esta pesquisa, há um número reduzido de apenadas estudando ou ocupando o tempo no interior da prisão: são cinco matriculadas na escola, três trabalhando em liga laboral administrativa e seis encarregadas da limpeza dos espaços coletivos dos alojamentos. Durante o cumprimento de suas sentenças condenatórias, as mulheres em sua maioria não estudam ou trabalham; permanecem no ócio e, talvez por isso, não raro relatam o surgimento de animosidades, exemplificadas nos excertos a seguir: "Tenho dois PADS um por uma discução na cela com outra presa, o lugar é irritante insuportável várias situações que você tem que ver, isso ajuda a se irritar a convivência é difícil pois você não conhece ninguém"[5] (C. F.)[6]; "Aqui neste lugar não tem sentido algum passar 24horas aki dentro" (A. B.).

Portanto, a representação da escola para as detentas, na prisão, deve ser uma oportunidade de potência e despertar de uma expectativa vultuosa de possibilidades, seja

[5] Todas as citações e falas das detentas estão de acordo com suas expressões, buscando desta forma respeitar suas peculiaridades.

[6] Optamos por preservar os nomes das pesquisandas e de pessoas por elas citadas, por ética e para preservá-las de futuros desconfortos, estando essas identificadas pelas letras iniciais de seus nomes.

de empatia, valorização da autoestima e dos conhecimentos, continuidade da instrução escolar, melhor compreensão do meio onde estão inseridas ou respeito ao próximo. Assim, ratificamos a pertinência do questionamento norteador a ser investigado: "O reconhecimento de saberes a mulheres privadas de liberdade a partir da 'voz' do outro permite um deslocamento com ausência-presença, como forma desaprisionadora de si mesmas, para compreensão dos fenômenos existentes no interior da prisão?".

Optamos por realizar uma abordagem através de três aspectos essenciais que são tomados como objetivos da pesquisa:

a) evidenciar processos de leitura e escrita efetiva, através de textos e desenhos elaborados por outros alunos do sistema prisional para utilização do tempo ocioso na prisão com prováveis perspectivas à ressocialização e possibilidades da reinvenção de si;

b) trazer a gestão escolar como ponte de ressocialização através da educação prisional, ensino formal que ocorre num espaço não formal, bem como direcionamentos e necessidades da abordagem do tema;

c) analisar a identidade cultural das mulheres reclusas através de uma abordagem focalizada nos conhecimentos e experiências prévias das detentas e/ou estratégias de sobrevivência na prisão.

A seguir, trazemos a trajetória da pesquisa em que a acolhida eclodiu através da cultura inerente dos sujeitos encarcerados a partir da descrição e inquietação de uma das pesquisandas, cuja preocupação parece ter se mostrado voltada à frustração ou estanque de suas expectativas positivas quanto ao futuro. Na sequência, destacamos a educação escolar dentro do estabelecimento penal e no contexto da gestão prisional para a escola prisional Julieta Villamil Balestro. Importa, também, enfatizar que no decorrer do trabalho buscamos valorizar a identidade presente através da linguagem dos sujeitos, bem como optamos por preservar os nomes das participantes por ética, uma vez que a situação em que se encontram é temporária, pois, tão logo cumpram suas sentenças condenatórias, serão reinseridas na sociedade.

## ESTRATÉGIAS CONDUTORAS DA PESQUISA: CAMINHOS METODOLÓGICOS

O autoquestionamento de C. F. "Tinha planos para o futuro, mas eu tinha hoje perdi tudo e me diz se foi melhor eu ter vindo pra cadeia?" revela que a cultura cumpre

uma função importante no contexto de vida das detentas, porque a imersão no mundo intramuros pode vir a constituir, reconstruir e evidenciar as identidades das mulheres e ecoar para um sentido mais amplo. A ideia inicial deste trabalho seria trazer a interpretação das mulheres sobre sua representação do gênero e expectativas quanto ao término da sentença, focalizando nas suas experiências no interior da prisão e correlacionando com a educação escolar.

Curiosamente, verificamos que a temporalidade se define para elas como uma substituição do presente pelo passado. Escolhem não aprofundar temáticas e raramente tratar sobre perspectivas futuras, provavelmente porque definem o presente como um tempo que custa a passar. Numa afirmação isenta de expectativas, noutro trecho C. F. diz: "Nós perdemos totalmente o nosso direito de voltar a trabalhar e de pensar que um dia irá mudar, só vejo mais e mais pessoas entrarem para a cadeia do que sair dela". Assim, ouvir vozes "silenciadas" no cárcere a partir das escritas de outros apenados serve como estímulo à prática da leitura pelas mulheres privadas de liberdade no Presídio Regional de Bagé/RS — e, a partir dessa leitura, constroem-se possibilidades de reescritas de si. Isso faz emergirem possíveis ponderações para um despertar da ressocialização durante o período na prisão e na pandemia de Covid-19.

Este trabalho selecionou excertos de detentas da penitenciária de Bagé entre os anos de 2018 e 2020, que nos trazem suas representações sobre a escola ou o lugar onde provisoriamente estão instaladas. Optamos por identificar as participantes da pesquisa pelas iniciais de seus nomes, acrescentado ao fato de fidelizar as escritas de acordo com seus conhecimentos, preservando desta forma suas tenacidades subjetivas e a ética que o trabalho requer.

Destacamos o fato de que continuamente a principal autora está inserida no local de pesquisa, convivendo com as detentas, realizando atribuições de agente penitenciária. Assim, ressaltamos que o trabalho apresenta adicionamento de uma inspiração genealógica.

Optamos pela pesquisa qualitativa por esta contemplar os acontecimentos reais, uma vez que com a abordagem de forma quantitativa não seria possível fazer emergirem as interpretações a fim de compreender os fatos sociais existentes. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 32):

> As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das

> relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; [...].

Esse processo permite evidenciar com veracidade os fenômenos existenciais — para isso, foi realizado um encontro com a administração do estabelecimento penal explicando as intenções da referida pesquisa, bem como os seus objetivos. Devidamente orientadas quanto às normas internas, após autorizações, tivemos o aval para realizar contato com as apenadas. Verificando, então, o interesse de participação, inicialmente seis apenadas aceitaram o convite, concordando e emitindo ciência nos termos de consentimento. Abaixo apresentamos, de forma objetiva, algumas informações sobre as participantes da pesquisa:

Quadro 1 — Características das pesquisandas

| Idade | Delito | Profissão | Escolaridade | Estado civil | Tempo de reclusão |
|---|---|---|---|---|---|
| 22 | Tráfico | Artesã | Fundamental completo | Casada | 10 meses |
| 24 | Tráfico | Do lar | Fundamental completo | Solteira | 2 anos |
| 32 | Homicídio | Doméstica | Fundamental incompleto | Solteira | 7 anos |
| 32 | Tráfico | Doméstica | Fundamental incompleto | Casada | 2 anos |
| 35 | Tráfico | Doméstica | Fundamental incompleto | Casada | 2 anos e 10 meses |
| 36 | Tráfico | Cozinheira | Fundamental incompleto | União estável | 3 anos |

Fonte: Autoras (2021)

Foram distribuídos cadernos, canetas e fichas com excertos de texto ou desenhos para escrita livre a partir de temas como educação, prisão e família. Retornamos ao presídio para auxiliar as pesquisandas e nos colocarmos à disposição. Destacamos também que nosso processo de pesquisa se inspirou no método da etnografia.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A ação da pesquisa foi gerada a partir do livro *Vozes de um tempo* (DREHER, 2019). Após a leitura do referido livro, foram selecionados temas referentes às áreas tratativas família-educação e perspectivas futuras. Dessa forma, foram elaboradas "fichas" únicas, com excertos de textos ou imagens, selecionados a partir das áreas temáticas. A distribuição foi feita de forma aleatória. Optamos por utilizar desenhos, por estes se tratarem de uma linguagem de expressão não verbal.

Assim, enalteceu-se a completude da linguagem, caracterizada pela articulação da arte, escrita e corporificação da identidade cultural do local onde as mulheres estão inseridas. Consideramos que:

> O significado depende do sistema de conceitos e imagens formados em nossos pensamentos, que podem "representar" ou "se colocar como" o mundo. Esse sistema possibilita que façamos referências a coisas tanto dentro, quanto fora de nossa mente. (HALL, 2016, p. 34).

Além da escuta das mulheres em situação de prisão, também dialogamos com os apenados presentes no livro *Vozes de um tempo*, e as citações apresentadas nesta pesquisa provêm de ambas as populações carcerárias.

## SOBRE EDUCAÇÃO E CÁRCERE: QUAL É A IMPORTÂNCIA?

"É necessário SIM ter dentro do sistema quem venha trazer o conhecimento a todos." (M. S.)

Infelizmente, ainda não vislumbramos a eficácia de aplicação de fato da execução das prerrogativas legais que amparam o ensino-aprendizagem no interior do cárcere. Apresentamos aqui, sucintamente, o que traz a legislação sobre continuidade dos estudos na prisão. O ensino-aprendizagem erroneamente é visto como benefício por alguns profissionais responsáveis pela segurança. As celas são vistas como salas de aula nas quais as pessoas continuam "trancafiadas". Isso porque percebemos um grande interesse de continuidade dos estudos por parte dos sentenciados, uma vez que a procura é maior que o número de vagas disponíveis. Também por esse motivo é importante pensarmos numa gestão educacional "diferenciada", pelo fato de que ela que ocorre em um espaço não formal e utiliza do modelo escolar formal.

Conforme conceitua Lück (2009, p. 96), gestão é “um processo pelo qual se mobiliza e coordena o talento humano, coletivamente organizado, de modo que as pessoas, em equipe, possam promover resultados desejados”.

Percebemos que, apesar da estrutura precária, a escola é muito bem organizada e todos os profissionais têm suas funções bem definidas. O quadro funcional é composto por uma diretora, uma supervisora e três professoras (uma destas encontra-se afastada por laudo médico) e existe mútua colaboração e harmonia entre as profissionais da escola, cada uma cumprindo suas funções com empenho e dedicação.

É um desafio constante para a administração escolar dar continuidade a práticas educativas. O prédio do estabelecimento prisional necessita de reparos, pois após uma rebelião dos detentos no ano de 2016 a obra não restou exitosa, deixando a desejar em alguns pontos, sejam eles: o telhado, a reforma da sala de informática e a biblioteca, os quais foram consumidos pelo incêndio, e a fiação elétrica, que continua acarretando problemas frequentes de queda de energia, entre outros.

A escola dispõe de quatro salas de aula, sendo que destas uma se encontra funcionando junto ao anexo feminino e as demais, dentro da galeria masculina, entremeadas de celas próximas de uma biblioteca e de um laboratório de informática, que ficam no mesmo local. Há também uma sala administrativa, onde funcionam a secretaria, a sala de direção e a sala dos professores, alocada no setor administrativo do presídio.

Entretanto, devido à rebelião, restaram apenas duas salas ativas na galeria masculina, que foram restauradas com recursos públicos complementados com recursos particulares dos professores; a outra sala encontra-se desativada. Já a biblioteca tem um apenado como responsável, o qual recebe remissão da pena para exercer a função. E a sala existente no anexo feminino funciona de maneira improvisada. Lá fica também uma cela feminina do seguro, entremeada por outros dois alojamentos femininos do regime fechado.

Buscamos dialogar sobre a compreensão das detentas a respeito da representação ou importância da educação:

> Quando eu era pequena eu nunca gostava de estudar, mas agora eu sei que faz bastante falta porque sem estudo ninguém e nada nessa vida. Então tem que trabalha pra ser alguém na vida estudo faz muita falta importante na vida de uma pessoa. (S. L.);

“Eu não tive estudo não quero Estudar importante ser alguém na vida” (G. F.). Considerando que foi constatado o nível baixo de escolaridade das mulheres e sua não

inércia na possibilidade de prosseguimento, encontra-se um vínculo direto com a sustentação da legislação brasileira. Esta garante o direito de educação a todos os cidadãos brasileiros, não distinguindo em qual lugar ou ambiente o sujeito encontra-se inserido, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988).

Os apenados se sentem acolhidos quando há o desenvolvimento das atividades escolares. Porém, apesar de a escola ser presente no reduto prisional, ela não consegue atender a todos os interessados devido ao espaço físico, o que leva a um número reduzido de vagas, especialmente durante a pandemia — assim, eles ficam desassistidos. Isso foi detectado nas palavras das detentas, e esse "abandono" traz junto a interpretação delas de como a sociedade as vê. Além disso, em muitos casos as regras internas da prisão impedem a população carcerária de se expressar: "Dentro do sistema prisional cada um exerce seu direito de pensar mais nem tudo que pensamos falamos" (M.);

> [...] a maior prisão é a da mente. Muitos estão presos em casa com muitos problemas e não se dão conta de que também são presidiários do sistema capitalista globalizado e brutal, e que, através de suas marcas e indústrias, se tornam milionários com a nossa desgraça e ilusão de ótica, nos tornando em e nos considerando o lixo da sociedade. (E. V. M.).

A função de socializar e recuperar os sujeitos encarcerados não vem sendo realizada pela prisão, vindo a corroborar as palavras de Bauman (2005, p. 109) quando este diz que "as prisões, como tantas outras instituições sociais, passaram da tarefa de reciclagem para a de depósito de lixo. Foram realocadas para a linha de frente a fim de resolver a crise que atingiu a indústria".

Parece evidente que E. V. M., ao afirmar ser a mente uma grande prisão, surpreende ao considerar ser a sociedade extramuros — a qual é vítima dos crimes por eles cometidos — também presa (incursa não em infratora da legislação penal e sim pela moral por ele assim interpretada, por um viés enraizado), talvez pelo sistema capitalista e pelo desequilíbrio social e econômico, sob ausência de políticas públicas e privadas, incentivo ao egresso e falta de oportunidades em qualificação para ressocialização.

> O trabalho, a previdência social e o apoio familiar costumavam ser os meios pelos quais os ex-presidiários eram reintegrados à sociedade estabelecida. Com o declínio desses recursos, a prisão se tornou um encargo de longo prazo do qual indivíduos têm pouca esperança de retorno a uma liberdade não supervisionada. (BAUMAN, 2005, p.109).

A essência das palavras exaradas por E. V. M., que apontam ausência de assistência governamental, corroboram a fala de Bauman sobre ser a própria família que se empenha em suprir as necessidades de vestuário, alimentação e saúde dos apenados.

Compreendemos que "os interesses dos delinquentes condenados, quando chegam a ser considerados, são vistos como opostos aos interesses do público" (BAUMAN, 2005, p. 108). O sistema penal, através da Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210, de 1984), preconiza como direitos dos presos, conforme o artigo 41: "VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena" (BRASIL, 1984, *online*) — nesse inciso está contida a recomendação de serem organizadas atividades recreativas e culturais em todos os estabelecimentos para o bem-estar físico e mental dos presos. O tempo do preso deve ser preenchido, sempre que possível, com atividades de ordem profissional, intelectual e artística, e não só esportivas; e "VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa" (BRASIL, 1984, *online*), conforme se verá adiante.

Tais direitos, porém, infelizmente ainda não prosperaram; não se obteve êxito em implantar políticas que permitam desenvolver tais atividades de forma extensiva a um maior quantitativo de detentos. Entretanto, percebe-se um interesse em inserir nas atribuições funcionais do agente penitenciário um suporte aos profissionais da escola, de acordo com a Lei Complementar n.º 13.259, de 20 de outubro de 2009:

> 13.1. Coordenar e fiscalizar as atividades sociais, educacionais e laborais dos presos [...] 16. Providenciar a assistência à saúde, jurídica, educacional, social e psicológica ao preso; 16.1. Assistir, orientar e acompanhar as ações de tratamento penal nos aspectos de atenção e preventivos para socialização do preso; 16.2. Orientar e realizar trabalhos em grupos e individualmente, para instruir os presos em hábito de higiene, educação e de boas maneiras, despertando o senso de responsabilidade, de dedicação no cumprimento dos deveres familiares, profissionais e sociais; 17. Prestar orientação ao egresso quando do seu retorno ao convívio social, no âmbito de suas atribuições.

Esses pressupostos têm relação direta com a orientação político-social como prerrogativa para um olhar mais aprofundado para a realidade e bases de vida dos(as) apenados(as) enquanto forma de organizar estratégias ajustadas para contemplar suas necessidades sociais. Exemplo disso é a Portaria 033/2019, que regulamenta a Remição pela Leitura nas unidades prisionais do Estado do Rio Grande do Sul:

> Art. 7º A Remição pela Leitura envolverá uma Equipe da Remição pela Leitura, abrangendo o Sistema Prisional e a área da educação, com as seguintes atribuições:

> I – Ao Diretor da Unidade Prisional, cabe designar, no mínimo, um Técnico Superior Penitenciário – TSP, como referência, e um Agente Penitenciário – AP lotado na Unidade Prisional, para compor a Equipe da Remição pela Leitura.

## APROXIMAÇÕES PARA PENSAR A GESTÃO

Nesta seção, procuramos demonstrar que os processos representativos existentes na prisão também podem ser explorados através da educação formal para melhor percepção quanto à importância dos processos identitários na construção e ressocialização dos sujeitos encarcerados. A gestão educacional da escola prisional pode viabilizar condições em que esteja presente a marcação de representações e contribuir para a configuração de um cenário favorável à liberdade de aprendizagens e conhecimentos que, por esta perspectiva, se aglutinariam durante todo o cumprimento da sentença condenatória.

Numa tentativa de excluir o sentimento de impotência quanto à educação, destaca-se o excerto da detenta C. F.: "Eu não sou ninguém só tenho ensino fundamental e um curso básico de informática, mas eu sou um ser humano". Aqui, se observa o surgimento de uma discreta insurgência "natural" quanto à não assistência educacional, e assim a condução a um desnudamento, ao autorreconhecimento enquanto sujeito parte da sociedade da qual ela se encontra afastada até o cumprimento de sua sentença condenatória.

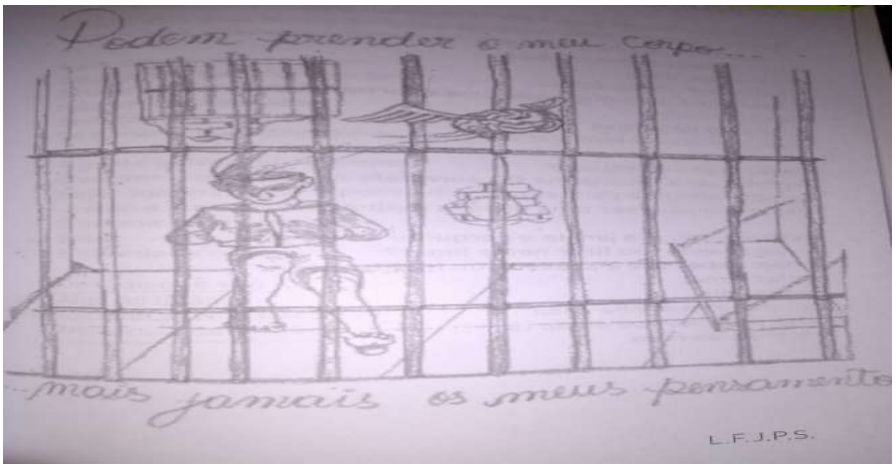
Os signos, sentidos e interpretações existentes nos sujeitos em situação privativa de liberdade contribuem para a elaboração de estratégias e chamamento do reeducando para sua efetiva participação no ensino e em sua aprendizagem, a qual pode ocorrer por diversas abordagens. Optamos por analisar as representações através da linguagem pelo fato de considerarmos que, através dessas óticas, "o homem está constituído de um modo, entendimento e sentidos cuja finalidade é a de compreender o mundo visível" (NARODOWSKI, 2006, p. 77).

A contextualização da realidade vivenciada pelas reeducandas a partir de uma linguagem reproduzida através do olhar do semelhante, também em situação de prisão, representa a importância da prática da leitura, interpretação e escrita no interior do cárcere. Isso se dá tanto pelas características daquele ambiente como pela situação que conduziu a mulher ao desfecho atual, assim como pela baixa escolaridade das mulheres,

que ao chegarem à prisão continuam na inércia de progresso quanto à educação escolar: “Estou presa há tres anos e a vida aqui neste lugar não tem sentido algum passar 24 horas aqui dentro” (A. B.); “Esse lugar não regenera ninguém e sim deixa mais perturbado, mais doente” (C. F.).

Ao realizar o caminho no processo de escrita, buscamos imprimir no sujeito o interesse na continuidade dos estudos. Ainda, na pandemia, almejamos que as alunas pudessem se ausentar do lugar estando no lugar, assim preenchendo com qualidade parte do tempo ocioso da prisão.

Figura 1 — Desaprisionamento




Fonte: DREHER (2019)

Para isso, levamos alguns desenhos de autores, os quais estão também encarcerados. Esses são indispensáveis por se tratarem de uma linguagem de expressão não verbal — a qual não devemos deixar de destacar, seja por enaltecer a completude da compreensão e interpretação dos sujeitos encarcerados ou pelo fato de, ao articular com a linguagem verbal ou escrita, corporificar a identidade cultural do meio em que eles estão inseridos.

Assim, a opção de dar “voz” às pesquisandas também a partir das escritas de outros sujeitos em situação de prisão, e a partir de uma releitura, adicionou possibilidades de reescritas de si mesmas, ao desbravarem o conhecimento e evidenciarem a importância do reconhecimento de sua existência, conforme afirma Freire (2011, p. 53):

> O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história.

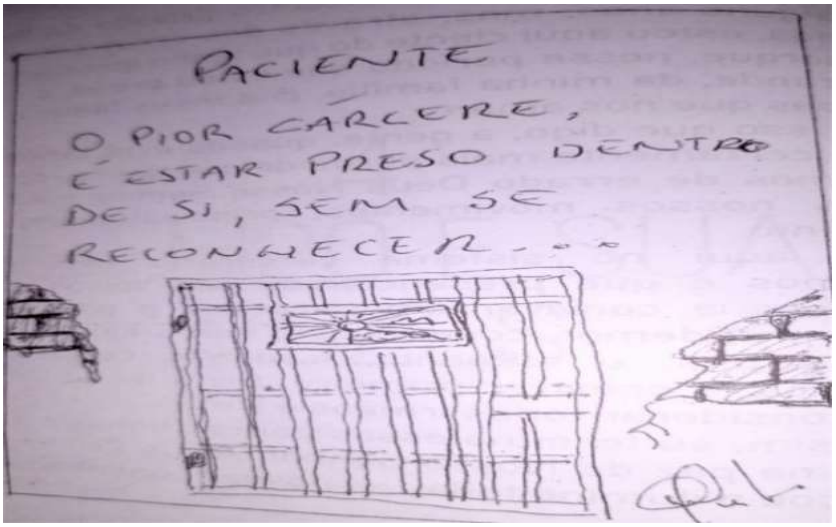
Assim, as detentas, ao ocuparem o tempo no interior da prisão realizando atividades em que estejam presentes a leitura, escrita e a subjetividade da arte, permitem que o tempo passe a exercer um papel fundamental na sua construção de saberes. Isso ocorre ainda que elas criem estratégias de resiliência, como diz M. C. B.: "Superei mais esse obstáculo e procuro dar o meu melhor hoje, estudando, pois a educação é o bem maior para o ser humano alcançar a felicidade interior". Parece que, ao se desconectarem do mundo intramuros, conectam-se ao oculto dos seus conhecimentos. Destacamos outra perspectiva: "Sei que não posso mais voltar no tempo, mas posso melhorar no que tem pela frente para ter uma boa vida. E ser feliz como se fosse um menino outra vez" (J. S. G.).

Ambas as situações talvez tenham sido geradas por duas hipóteses: a primeira, pelo fato de a educação prisional não obter êxito em atender de forma universal aos sujeitos encarcerados. Isso torna pertinente entender que é possível, aos privados de liberdade, terem a oportunidade de comunicar-se pela linguagem escrita ou oral, fazendo-o do seu interior. Já a segunda caracteriza-se pelo fato de a escrita agir como um tipo de liberdade e reconhecimento de si para novas possibilidades de encontro da pessoa com ela mesma, com a identidade subjetiva que a todo momento parece ter que ser reafirmada para ocupação dos espaços dentro da prisão, seja no alojamento, celas, salas de aula ou ocupações laborais — o que compreendemos por

> sistemas de representações mentais onde o significado depende do sistema de conceitos e imagens formados em nossos pensamentos, que podem "representar" ou "se colocar como" no mundo. Este sistema possibilita que façamos referências a coisas tanto dentro, quanto fora de nossa mente. [...] A linguagem se apresenta, portanto, como o segundo sistema de representação envolvido no processo global de construção do sentido. A existência de linguagens comuns nos possibilita traduzir nossos pensamentos (conceitos) em palavras, sons ou imagens, e depois usá-los, enquanto linguagem, para expressar sentidos e comunicar pensamentos a outras pessoas. (HALL, 2016, p. 34).

Assim, os processos são representacionais e podem, a qualquer instante, desconectar ou conectar as pessoas, de acordo com a própria expressão dos sujeitos em situação de prisão, exemplificada na imagem abaixo. Nela, os próprios colocam-se em situação de "pacientes" e, ao mesmo tempo, de conhecedores de que o mais viável e melhor "remédio" deve ser aguardar a temporalidade a eles impostas, utilizando o tempo como fator positivo de autorreflexão sobre suas condutas e perspectivas para o futuro.

Figura 2 — Transformação




Fonte: DREHER (2019)

Portanto, trabalhar o sentido visual e imaginário configura-se, segundo Narodowski (2006, p. 77), como um processo no qual "tanto seu entendimento quanto seus sentidos conferem ao homem essa aptidão, e o desejo necessariamente aparece, uma vez que a finalidade de ambos o orienta para desejar".

Já Hall (2016) aponta que é utilizada a linguagem para representação — ela é responsável por dar um significado ao que já existe, sejam objetos, pessoas ou eventos. Assim, ao não desnudarmos as representações educacionais lá existentes, revela-se, de acordo com Saraiva (2018, p. 30), que

> a política de ressocialização se mostra ser contraditória ante o quadro de encarceramento e punição com restrição de liberdade, visto que a lei, na prática, não é aplicada de forma igual para todos, pois beneficia certos contextos da sociedade e se organiza em função das relações de poder, de modo que essa lei se estabeleça entre a ideia de recuperar e punir.

Admitir uma educação prisional que almeje a ressocialização através do resgate e incentivo do ensino, com práticas educativas que envolvam o conhecimento e a aprendizagem através da compreensão do espaço que as mulheres ocupam, com foco no processo de solidificação em suas vidas, requer diálogo aproximado da cultura identitária e auxílio à lapidação de conceitos pré-existentes. A reeducanda B. B. acredita inexistir um "fecho": "Ressocialização ou regeneração eu acredito que somente pela FÉ, porque não existe nada naquele lugar que vá fazer as pessoas mudarem, eu acho que ao contrário, podem saírem até piores, porque o tratamento é horrível, tudo lá é horrível".

Apesar da descrença da apenada quanto ao tema, existem, também, outras possibilidades de utilizar atividades educativas informais já existentes no interior do sistema prisional: as trocas de bilhetes chamados "catataus", cartas, leitura da Bíblia e outros livros de cunho religioso, jornais e revistas. Elas sugerem articulações condizentes com o contexto de atividades educativas para compreensão dessas realidades. Por isso, pode ser importante pensar num(a) gestor(a) como principal mediador(a) no processo de formação continuada dos professores, pensando nele(a) como alguém que pode oferecer apoio pedagógico para a equipe, sendo capacitado(a) com conhecimento a fim de colaborar para o aprimoramento da prática pedagógica dentro da sala de aula — já que é de interesse de todos oferecer uma educação de qualidade e igualitária. Esta requalificação refletiria em um melhor índice de desempenho por parte dos reeducandos.

Dessa forma, contribuir para a criação de uma escola prisional que potencialize o aluno a extrair o melhor de si e abale as estruturas durante o processo de aprendizagem pode ser um dos maiores desafios para o educador carcerário. É necessário compreendermos que o papel do gestor vai muito além de um papel administrativo — alguns anos atrás a sociedade mudou, e com ela as necessidades do público escolar também. Para atender a essa demanda contemporânea é necessário pensarmos em um modelo de gestão democrática que ofereça oportunidades iguais de direitos e escolhas, tanto pelo ambiente como para adentrar as situações e conhecimentos dos sujeitos, visando a "troca e assimilação" de saberes. "O primeiro passo em direção ao sucesso é dado quando você se recusa a ser prisioneiro do ambiente no qual você se encontra. Gosto de estar sozinho neste silêncio, repleto de palavras que eu desconheço" (M. A. G. B.).

Assim, a "prisão é onde você encontra a solidão e se depara com as decepções" (A. M. C.), seja pelas características vivenciadas a sós ou pela situação que conduziu a pessoa à prisão. Silva *et al.* (2000, p. 109) afirmam que as identidades são construídas dentro dos contextos histórica e institucionalmente situados. Constatamos esse efeito na fala de M. D.: "Acredito na paz, na cultura e na educação, na evolução através de esportes e movimentos culturais e sociais"; e noutro desabafo:

> Quando eu cheguei neste lugar, há três anos e seis meses, eu adorei, porque teria cama quentinha para dormir, comida para comer, e meu sofrimento iria acabar, porque, antes de eu vir parar neste lugar, eu morava na rua. Mas, com o decorrer dos anos, percebi que este lugar não é pra ninguém. Agora só quero sair daqui e viver. (T. F. D.).

Nesse contexto, Freire (2011) aponta em seus estudos e ponderações sobre a relação entre os atores envolvidos, nas quais aluno e professor atuam sincronicamente na construção da aprendizagem. Dessa forma, a atividade e pretensão da escola envolve a disposição do aluno em buscar o autoconhecimento e mesmo sua identidade, mas também em constituir-se crítico ao compreender tal realidade, além de estar em constante construção e desconstrução. Por esse viés, as atividades de pesquisa de quaisquer grupos dentro da escola possibilitam o exercício da criticidade não apenas do aluno, mas também do professor, como aquele que faz as propostas e instiga no aluno o que ele tem de melhor.

É possível a gestão escolar pensar em práticas educativas e adaptá-las ao melhor interesse na valorização dos sujeitos encarcerados, o que também incentiva o educador carcerário a fim de inserir planos e estratégias voltadas para discentes com realidades diferentes do ambiente de escola formal. É exemplo disso o projeto *Educando para a liberdade*[7], idealizado pelo Ministério da Educação em conjunto com a Unesco, o qual incentivou a oferta de educação básica e a leitura nas prisões brasileiras.

Assim, a prisão pode ser um lugar onde os conhecimentos podem não ficar atrás das grades, mas também serem desestabilizadores das visões e percepções do reeducando — que, noutra forma mais ampla, passa também a questionar suas possibilidades não apenas no lugar ocupado.

## CONCLUSÃO

Acreditamos que a educação prisional é o principal caminho para uma ressocialização eficaz, uma vez que, ao ampliar os seus repertórios e as suas oportunidades de vida, proporciona modificações internas, não apenas superficiais. Existindo um fortalecimento da gestão educacional prisional, automaticamente estaremos fortalecendo a coluna principal da socialização e preparo dos sujeitos encarcerados. Também a consideramos ser indispensável para a valorização e compreensão dos sujeitos reclusos, porque traz em suas linguagens “autoconhecimentos flutuantes”.

[7]Fruto de parceria entre os Ministérios da Educação e da Justiça e da Representação da Unesco no Brasil, constitui referência fundamental para o desenvolvimento de uma política pública de educação no contexto prisional, feita de forma integrada e cooperativa, e representa novo paradigma de ação, a ser desenvolvido no âmbito da Administração Penitenciária. Realizado entre os anos de 2005 e 2006.

Infelizmente, o acesso à educação no interior das prisões ainda permanece com uma visão distorcida, não apenas pelos responsáveis da administração do sistema prisional. É vista como benefício e não um direito adquirido pela legislação vigente, a quem em tempo hábil não pôde ou não quis usufruir.

Portanto, o fato de a educação ocorrer em lugares diversificados permitiu desbravar, também, a importância de ouvir, ler e conhecer a representação através do olhar dessas mulheres. A partir da linguagem presente naquele ambiente elas trouxeram aspectos indispensáveis, como a ausência da educação em suas vidas e a compreensão temática da educação prisional pela sociedade. Na medida em que as apenadas passam a visualizar outras possibilidades de ressignificação e não retorno à criminalidade, possibilitam o crescimento e o despertar da atenção do poder público para a importância e cumprimento da educação prisional como principal via ressocializadora, uma vez que demonstraram interesse na continuidade dos estudos no interior da prisão.

Nesse sentido, verifica-se a importância da necessidade de estarmos em constantes inserções de práticas educativas no cárcere, não apenas com educadores e reeducandos, mas principalmente com o efetivo de seguranças que precisam conceder o suporte aos profissionais da escola para estes exercerem suas funções de forma eficaz e tranquila.

# REFERÊNCIAS


BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zhar, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf. Acesso em: 09 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7210-11-julho-1984-356938-norma-pl.html. Acesso em: 10 jul. 2021.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Presos em unidades prisionais no Brasil**. 2020. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjU3Y2RjNjctODQzMi00YTE4LWEwMDAtZDIzNWQ5YmIzMzk1IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9. Acesso em: 06 ago. 2021.

DREHER, Ana Luisa Florence Luz (org.). **Vozes de um tempo**: relatos e vivências de pessoas privadas de liberdade. Porto Alegre: Concórdia, 2019. 176 p. 4 v.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. (Série Educação a Distância).

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução: Daniel Miranda e Wiliam Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NARODOWSKI, Mariano. **Comenius e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Governo Japonês; Ministério da Educação; Ministério da Justiça. **Educando para a liberdade**: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. 2006. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/educando_liberdade_unesco.pdf. Acesso em: 09 jul. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei complementar n.º 13.259, de 20 de outubro de 2009**. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.259.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020.

SARAIVA, Emerson Sandro Silva. **Políticas públicas e educação para pessoas jovens e adultas em situação de privação de liberdade no Amazonas**: regulação da sociedade e antagonismos de direitos sociais. 2018. 263 f. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Amazonas. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Manaus, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Katheryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS. **Estatísticas**. 2020. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=34. Acesso em: 23 abr. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS. **Portaria 033/2019**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/247608203/doers-18-06-2019-pg-169. Acesso em: 23 abr. 2021.